

CONDUTA E DISCIPLINA JUDICIAIS

nas Cortes Federais dos Estados Unidos

— Prevenindo Má Conduta —

Um Processo de Seleção Completo Garante Juízes Qualificados e Éticos

- Nos termos da Constituição, juízes do Supremo Tribunal, Tribunais de Circuitos, e Tribunais Distritais são nomeados pelo Presidente e confirmados pelo Senado.
- Antes de realizar uma nomeação, o Presidente e sua equipe pesquisam, investigam, e entrevistam potenciais nomeados.
- Uma vez que o Presidente realiza a nomeação, o Comitê Judiciário do Senado conduz uma audiência (aberta ao público) onde o nomeado poderá ser questionado sobre filosofia judicial, direito substantivo, e conduta pessoal e profissional.
- A Ordem dos Advogados dos Estados Unidos fornece ao Comitê Judiciário uma avaliação não vinculativa das qualificações do nomeado.
- Se aprovada pelo Comitê Judiciário, o nomeado se apresenta diante de todo o Senado para aprovação.
- Se aprovado pela maioria do Senado, o nomeado é confirmado.

Constituição dos EUA, Artigo II, Seção 2: O Presidente “nomeará, mediante o parecer e aprovação do Senado, (...) juízes do Supremo Tribunal, e todos os funcionários dos Estados Unidos [incluindo todos os juízes federais].”

A Nomeação Vitalícia e a Remuneração Suficiente Promovem a Independência Judicial

- Constituição dos EUA, Artigo III §1
- Juízes “conservarão seus cargos enquanto bem servirem”, o que os permite atuar sem a influência de pressão política ou opinião pública.
- A remuneração suficiente evita que juízes (1) busquem renda adicional de fontes externas que poderiam enfraquecer a independência judicial ou (2) usem a nomeação judicial como trampolim para uma posição mais lucrativa no setor privado.
- Nos termos da Constituição, o Congresso não tem permissão para reduzir os salários dos juízes, resolução que protege os juízes de considerações políticas ao lidar com decisões.
- Provisões generosas de aposentadoria dissuade juízes de continuar a servir após uma perda de capacidade física ou mental.

Limitações a Renda Externa Previne que Juízes Assumam Cargos ou Contratos de Geração de Renda Que Inibiriam a Habilidade do Juiz de Funcionar de Maneira Independente

- De acordo com o estatuto, a renda externa é limitada a 15% do salário básico e os juízes são proibidos de receber remuneração para fazer um discurso ou escrever um artigo. Os juízes podem, no entanto, receber os direitos autorais de um livro ou um salário de professor sujeitos ao limite de 15%. Podem também receber renda não sujeita ao limite de 15% advinda de pensões, anuidades, remunerações diferidas, investimentos, negócios de propriedade individual ou familiar, e vendas de propriedade intelectual.
- Os juízes também estão sujeitos à ética e às regras de conduta aplicáveis a outros funcionários federais.

Requerir aos juízes que apresentem relatórios financeiros, que são anualmente revisados pelo Comitê da Conferência Judicial de Divulgações Financeiras, assegura o consentimento com as limitações de renda externa.

Leis que Exigem que Juízes se Retirem de Certos Casos Eliminam Oportunidades para Tendenciosidades

- Os juízes devem retirar-se de um caso em certas situações estabelecidas por lei, por exemplo, se: o juiz tem conhecimento pessoal dos fatos reclamados; o escritório de advocacia do juiz tratou o mesmo assunto quando ele estava lá; um parente próximo do juiz é parte ou advogado; o juiz, seu cônjuge ou filho menor tem interesse financeiro em uma das partes do litígio; o juiz atuou como consultor em algum caso antes de se tornar juiz.
- Os juízes têm poder discricionário para retirar-se de outras situações, se acreditarem que sua imparcialidade pode ser razoavelmente questionada. Ou, o juiz pode buscar afirmação de ambas as partes de que sua retirada não é necessária.
- As partes podem solicitar que um juiz se retire. No entanto, o juiz, em seu critério, pode negar esse pedido e atender o caso.
- Se um juiz falha em se retirar de um caso quando necessário, está sujeito a reclamação judicial, investigação e medidas corretivas.

O Código de Conduta do Poder Judiciário Estabelece Orientações Éticas Não Vinculativas para Juízes Federais

- Em 1973, a Conferência Judicial adotou o Código de Conduta Judicial e continua a acompanhar o Código, recomendar alterações ao código, e emitir pareceres consultivos sobre o código.
- Embora não vinculativo, o Código de Conduta é amplamente seguido e regularmente consultado por membros dos Conselhos Judiciais de Circuitos e da Conferência Judicial quando se trata de decidir se um juiz cometeu má conduta e de instituir medidas corretivas.
- Qualquer juiz pode contactar um membro do Comitê do Código de Conduta, um sub-comitê da Conferência Judicial, para aconselhamento confidencial sobre como cumprir com as disposições do código.
- Os cinco cânones do Código de Conduta:
 - Um juiz deve defender a integridade e a independência do Poder Judiciário;
 - Um juiz deve evitar a impropriedade e a aparência de impropriedade em todas as atividades;
 - Um juiz deve realizar as tarefas do gabinete de maneira justa, imparcial e diligente;
 - Um juiz pode envolver-se em atividades extra-judiciais que sejam consistentes com as obrigações de um gabinete judicial; e
 - Um juiz deve abster-se de atividades políticas.

O Código de Conduta dos EUA é similar aos Princípios de Bangalore de Conduta Judicial adotados pelas Nações Unidas em 2002. Os Princípios de Bangalore servem como modelo às nações que desejam adotar seus próprios códigos judiciais de conduta.

A Lei de Conduta e de Discriminação do Deficiente de 1980 Apresenta Procedimentos para o Poder Judiciário Investigar e Disciplinar Más Condutas Cometidas por Juízes Federais

- Todo e qualquer litigante, advogado, ou outro membro do público pode apresentar ao Secretário do Tribunal de Apelações do Circuito uma queixa por escrito alegando má conduta de um juiz. Um Juiz Chefe de Circuito poderá também instituir independentemente uma investigação sobre uma possível má conduta.
 - As queixas devem ser sobre más condutas judiciais (por exemplo, conflito de interesses / tendenciosidade, atraso de decisão indevida, ou outras violações éticas) e não sobre o mérito da decisão de um juiz.
- O Juiz Chefe de Circuito revisa a queixa. Se as alegações estão "razoavelmente em disputa", a queixa é encaminhada a um Comitê Especial criado com a finalidade de investigar a queixa e composta por um número equitativo de juízes de circuito e de distrito. Se a queixa não se refere a uma má conduta judicial, se não se sustenta sobre fatos, ou se ação corretiva já foi tomada, o Juiz Chefe indefere a queixa.
- A Comissão Especial investiga as alegações e apresenta conclusões ao Conselho Judicial do Circuito, um órgão responsável pela criação e implementação de políticas de circuito e composta pelo Juiz Chefe e um número equitativo de juízes de circuito e de distrito.
- O Conselho Judicial de Circuito pode indeferir a queixa, instaurar medidas corretivas, ou apresentá-la à Conferência Judicial. Se necessário, o Conselho Judicial de Circuito pode conduzir uma investigação adicional antes de agir sobre a queixa.
 - Medidas corretivas por parte do Conselho Judicial incluem suspensão temporária de atribuições de caso, fornecimento de aconselhamento informal, ou emissão de censura ou repreensão.
- Se a queixa é encaminhada à Conferência Judicial, a Conferência poderá instituir medidas corretivas adicionais e, se necessário, recomendar à Câmara dos Deputados que o juiz acusado seja cassado.
- O Comitê Judiciário dos EUA A Câmara dos Deputados realiza uma investigação, possivelmente por meio de uma audiência pública, onde os membros da comissão interrogam o juiz acusado. Se a maioria dos membros do comitê então concordam que o impeachment é necessário, o caso é julgado por toda a Câmara. Os membros da Câmara debatem o caso e, se a maioria vota a favor do impeachment, o juiz acusado será cassado. *(Há apenas 15 impeachments judiciais na História dos EUA.)*
- O caso vai ao Senado dos EUA para julgamento. Se uma maioria de dois terços do Senado vota a favor da condenação, o juiz é removido. *(Apenas oito juízes norte-americanos foram condenados e removidos.)*
- Nos termos da Constituição, um juiz pode ser removido apenas por "delitos e crimes graves."

Todas as investigações sobre má conduta e implementação de medidas destinadas a repreender e corrigir a má conduta, com exceção de impeachment e remoção, são instituídas dentro do Poder Judiciário, o que reforça sua autonomia institucional e protege-o das pressões políticas aplicáveis aos poderes legislativo e executivo.